



INCLUSÃO ESCOLAR INTERLOCUÇÕES E PERCALÇOS NO ENSINO- APRENDIZAGEM

Thais Aparecida Santos¹

¹ Universidade Federal de São João Del Rei/PPGPSI/ thais.psicologia2017@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem o propósito de descrever acerca da Educação inclusiva na investigação de possíveis transformações na escola, analisando o conceito de diversidades educacionais dos alunos com deficiência e o papel da Educação inclusiva no âmbito ensino aprendizagem. Quanto a metodologia utilizou-se a revisão bibliográfica. Os resultados enfatizaram que para que a inclusão aconteça realmente de fato faz necessário repensar de interlocuções e efetivação de recursos pedagógicos, sociais e políticos para atender os estudantes. Concluiu-se que, é de suma relevância novas ferramentas que sejam capazes de proporcionar uma aprendizagem ativa e eficiente.

Palavras-chave: Deficiência, educação inclusiva, ensino-aprendizagem, diversidade.

1. Introdução

A Educação inclusiva tradicionalmente é alvo de grandes reflexões referente a diversidade dos alunos com deficiência, na configuração de um ambiente paralelo entre dicotomias e possibilidades para a inclusão de fato. O objetivo do artigo é contextualizar a inclusão como um fator preponderante no ensino na busca de alternativas de possibilitar novas formas de ensino-aprendizagem. Para tanto, ainda com base de tais premissas, de que o direito de acesso ao contexto escolar deve estar levando em consideração às diferenças e a singularidades dos alunos no processo do desenvolvimento subjetivo e escolar, e que a escola possa ser capaz de promover novas estratégias ou novos formatos de ensino e inclusão, é preponderante a prática social e equitativa na educação, na cultura e sociedade: "há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza." (Mantoan 2004, p.8).

Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i>	Belo Horizonte	v.16	n.2	2023.2	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2023.2 - Liberdade e Cidadania
Universidade, EaD e Software Livre

Procede-se aqui a esse questionamento e análises que se situam nas diferenças, nas subjetividades e no pertencimento social, pois são apenas certos traços físicos, culturais que são percebidos socialmente, mas na integração e na socialização para que permita em um sistema de relações efetivas na educação.

Para tanto, essa pesquisa visa ressaltar as práticas de atuação acerca do desenvolvimento dos processos de inclusão na Educação na identificação de possibilidades e desafios enfrentados para que possam interferir ao acesso e permanência e possibilidades de ensino, proporcionando dados, diálogos, reflexões em relação a inclusão.

A pesquisa possui caráter qualitativo, pautando-se em análise documental e de pesquisas que tratam de tais discussões referente a inclusão, diversidade, leis e diretrizes que conversam entre si. Foram realizadas buscas nos principais portais de periódicos como CAPES, Scielo e Google Acadêmico, visando a construção de uma argumentação que refletisse acerca dos processos de inclusão na escola, bem como traçar um paralelo entre as pesquisas encontradas e as leis que norteiam estes processos.

2. Fundamentação Teórica

A inclusão revela diferentes modos de pertencimento nos espaços físicos, ambientais e simbólicos que tem características idiossincráticas, na dissolução epistemológica e da prática de fato na educação. Falar de inclusão é indaga-se sobre identidades, diversidades e direitos que tange o assunto. Nos contextos sociais inclusivos na promoção de transformação e homogeneidade. Como consequência, os que não se enquadra na "normalidade" ditada socialmente, entra nas nomenclaturas como: "anormais", "deficientes", "incapazes", "inválidos", etc.

Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i>	Belo Horizonte	v.16	n.2	2023.2	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2023.2 - Liberdade e Cidadania

Universidade, EaD e Software Livre

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

O princípio básico da Educação Inclusiva é que todos os alunos estejam acolhidos nas escolas regulares na promoção de acesso, as quais devem se adaptar as condições no aluno na eliminação de atitudes discriminatória e que de fato faça valer os direitos existentes, salientamos:

A Constituição Federal/88, art. 205, que garante a educação como um direito de todos;

1. A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais Libras. No seu artigo 24, determine que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;

5. O Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior; 6. O Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino;

VII - Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i>	Belo Horizonte	v.16	n.2	2023.2	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Para tanto, aluno deve se sentir pertencente ao ambiente escolar, na promoção da aprendizagem, acesso e acessibilidade na equidade de acesso na evolução, possibilidades, no direito de pertencimento na aprendizagem. Nesta interrogativa salientamos a Lei de Diretrizes e Bases da E A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, garantiu o direito dos alunos com deficiência à educação, estabelecendo a integração na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível, no sistema geral de educação. Entende-se que tais diretrizes e bases necessitam de fato de serem contempladas, na compreensão de cada aluno e não no ensino- aprendizagem geral na educação, na inclusão para todos para além da inserção de alunos com deficiência no ensino regular (Mantoan, 2002).

Ao se partir para a observação teórica é possível perceber que existem alunos que não conseguem acompanhar os demais colegas e os motivos são os mais variados possíveis: desde a falta de atenção até a falta de implementações e ações inclusivas.

4. Resultados e Discussão

A literatura sobre a educação inclusiva aponta várias estratégias para as escolas minimizarem as barreiras de aprendizagem e caminhe em direção à qualidade de ensino para todos os alunos. Entre estratégias, na garantia de acesso Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que possibilite o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (Pletsch, 2014).

A escola inclusiva é aquela que possa promover equidade de acesso para alunos e professores, possibilitando novas formas de rever formas de ensino- aprendizagem, na ampliação de organização pedagógica, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino. O papel do educador torna-se crucial na

Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i>	Belo Horizonte	v.16	n.2	2023.2	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2023.2 - Liberdade e Cidadania

Universidade, EaD e Software Livre

aprendizagem do aluno na promoção de prática efetiva, observando e trabalhando cada singularidade educacional para atender diversidade, para tanto salientamos:

“O paradigma da inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda em um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Neste sentido, os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc., em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc” (Sasaki 2004, p. 20).

A inclusão é um processo e que requer participação de todos na adaptação das dificuldades dos alunos de forma a facilitar o processo de aprendizagem do outro, na humanização do ensino na ampliação dos conteúdos voltados a cada particularidade e individualidade de cada perfil, buscando sempre enfoque nas potencialidades e interesses das demandas, no interventivo, na agregação no desenvolvimento integral dos alunos. A importância da educação inclusiva no ensino-aprendizagem é buscar compreender o indivíduo na sua singularidade, dificuldade e potencialidade. Para além de segregar é preciso mudanças efetivas para se tornar verdadeiramente inclusivos e estão fundamentados nas práxis educacionais. Implica mudança no modo de pensar, na perspectiva educacional e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades mais inclusivas. Desse modo, a educação inclusiva é aceitar para além das dificuldades e não acoplar na visão de normalidade ditada socialmente (Zimmermann e Strieder , 2013) .

Para tanto, a inclusão deve ser de fato realizada com base de cada aluno, a partir da sua realidade escolar para proporcionar uma aprendizagem efetiva e construtiva.

5. Conclusão

A inclusão não pode ser pensada de maneira sólida, mas no coletivo na transformação da Educação como um todo, nem tampouco isolada de interlocuções. Pois, para além incluir alunos com deficiência é transformá-lo e na transformação no espaço escolar

Grupo de Pesquisa <i>Texto Livre</i>	Belo Horizonte	v.16	n.2	2023.2	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	------	-----	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2023.2 - Liberdade e Cidadania
Universidade, EaD e Software Livre

para a ruptura de paradigmas buscando atender a diversidade humana e que, assegure a atenção à diversidade como eixo central e que isso se verifique em todas as etapas educativas, para a vida e o seu desenvolvimento humano.

Referências

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 8 de ago.de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 18 out.2023.

MANTOAN, M. T. E. (2002). A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. *Universidade Estadual de Campinas. Unicamp*, 25.

PLETSH, M. D. (2014). Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. *Póesis Pedagógica*, 12(1), 7-26

SASSAKI, R. K.(2004). Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 15, 20.

STRIEDER, R; ZIMMERMANN, A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem 2013.Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/ainclusaoescolar-e-osdesafios-da-aprendizagem/54823>. Acesso em: 17 out.2023.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.